

numerosos descendentes dos antigos protectores, ao mesmo tempo que procurou especializar as suas áreas de produção agrária de acordo com um percurso económico que tinha nos mercados urbanos a meta principal de chegada. Por isso, privilegiava-se a produção vinícola (o que, em região dureense, não será de estranhar...) e as rendas pagas em dinheiro, com resultados eficazes que permitiam obter lucros proveitosos e, por esse meio, prover a inevitáveis gastos e despesas que uma casa religiosa, vocacionada para um vida de oração, de contemplação, de estudo, para uma pastoral *ad gentes* e para um serviço institucional integrado na hierarquia eclesiástica, sabia serem custos permanentes e sempre crescentes.

É adentro deste quadro histórico que Luís C. Amaral desenvolve a sua análise, caracterizando a patologia do domínio monástico de Grijó, estabelecendo o quadro humano dinamizador da sua gestão, determinando a evolução dos factores de crescimento e de renovação de todo um património. As ilações que retira permitem-lhe apontar diversas propostas de compreensão para fenómenos extremamente complexos e distantes no tempo como o são os que afectam a vida, não apenas de um Mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, mas de toda a Igreja portuense medieva, tanto nas suas estruturas materiais, quanto nos seus comportamentos conjunturais que lhe garantiram ultrapassar todas as barreiras temporais e atingir a contemporaneidade de forma multifacetada, renovada, actualizada, mas também permanentemente fiel a ideais bi-milenares para os quais o contributo dos Cónegos Agostinhos teve a maior importância.

Neste sentido, não podemos deixar de saudar a edição deste estudo que cremos constituir um marco fundamental da renovação e da actualização dos estudos de história económica, mas também, eclesiástica, do Portugal medieval. Não o é, cremos, apenas pela metodologia seguida, pelas questões expostas e pelas respostas encontradas. É-o também pela sua escrita inteligente, pela forma equilibrada como o historiador expõe e (se) representa (n) o passado. Que tudo foi feito, como se regista no fecho do livro, «pello meudo como cabia e que doutra guissa se melhor fazer nom podia».

Saul António Gomes

CLAVERO, Bartolomé - *Antidora: Antropologia catolica de la economia moderna*. Milão: Giuffrè Editore, 1991.

Publicado há alguns anos atrás, este livro de Bartolomé Clavero faz jus a um dos percursos mais fecundos da actual cena intelectual espanhola, merecendo figurar entre os principais estudos desta década. Importa referir, desde já, que se trata de um trabalho dificilmente classificável, pois a sua temática é verdadeiramente transversal. Partindo de uma postura típica da chamada «história do direito» – uma linha historiográfica relançada, em boa medida, pela investigação que o próprio B. Clavero tem desenvolvido desde a década de 1970 –, este livro explora igualmente problemas ligados à teologia moral e à economia, acabando por apresentar dados fundamentais acerca da matriz cultural da Europa Católica no período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Trata-se, portanto, de um livro importante para todos os estudiosos da história do fenómeno religioso em Portugal.

Em *Antidora*, Clavero propõe-se estudar o tema da usura, ou seja, o empréstimo remunerado e o modo como os textos teológicos e os tratados jurídicos – tanto os de tradição canónica como os de orientação civilista –, discutiram essa temática. Seguindo o caminho já parcialmente desbravado por Max Weber, por Benjamin Nelson ou por Karl Polanyi, Clavero explica porque é que, desde os tempos pré-cristãos, o empréstimo foi socialmente desclassificado e porque é que essa proibição ganhou nova veemência com o advento do catolicismo. Não podemos esquecer que as concepções morais católicas encararam a usura como a prática anti-social por excelência, e só há pouco tempo foi definitivamente levantado o estigma social que pesava sobre a prática usurária. Trata-se, assim, de um tema de «longa-duração», e, por isso mesmo, muito revelador da matriz cultural em que assentou a organização social da Europa até tempos recentes.

A opção por privilegiar o estudo na literatura teológica não é fruto do acaso. A consciência católica acreditava que os fundamentos da ordem social assentavam num plano transcendental, e tal crença fez da teologia a ciência mais autorizada para discorrer sobre tudo o que dizia respeito à sociedade, sua ordem, finalidade e governo. Por isso, é na literatura de teologia moral dos séculos XVI e XVII que se encontram as mais completas e sistemáticas reflexões acerca da vida social, suas razões profundas e suas regras. Pode mesmo dizer-se que a teologia moral estava vocacionada para produzir um saber semelhante ao actual discurso sociológico, embora com uma enorme diferença: naquele tempo as prescrições da teologia moral eram infalíveis e tinham força de dogma. Nas palavras de Clavero, «constituíam cultura».

Assim, estamos perante um mundo onde as razões profanas e os preceitos religiosos eram, em grande medida, inseparáveis. A este respeito Clavero recorda que até ao final do Antigo Regime a sociedade católica olhou para si mesma como uma comunidade ordenada pela divindade, a qual havia atribuído a todas as coisas criadas um determinado lugar e uma determinada finalidade. Logo, a ciência mais autorizada para estudar esta ordem social assente numa esfera transcendental só podia ser a teologia moral, o saber que possuía a competência, as técnicas, as categorias e o vocabulário adequado para explicitar essas questões. Porém, a teologia moral possuía também uma função prescritiva: orientava o homem no decurso da sua existência, definindo os preceitos que deviam ser cumpridos por todos aqueles que estavam empenhados em realizar o que a divindade lhes havia destinado.

A religião funcionava, portanto, como a disciplina social fundamental, e a sua influência foi não só tremendamente eficaz mas também muito perene. Até ao aparecimento do moderno sistema de saberes, a teologia moral católica foi a ciência mais extensiva e autorizada dessa época: propunha um ordenamento integral para a sociedade, sem se esquecer de nenhum sector da interacção social; as normas que produzia, por seu turno, eram especialmente eficazes, pois actuavam a um nível profundo, ao nível da alma, e não apenas do corpo; para além disso, os seus preceitos eram praticamente irrefutáveis. A sua capacidade para dar forma às relações sociais foi verdadeiramente notável, e a melhor prova dessa multissecular acção conformadora é que tais preceitos condicionaram profundamente domínios tão diversos como a actividade financeira – a que Clavero dedica uma parte substancial deste volume –, a política, a organização da vida quotidiana, a estratificação social, a criação artística e, até, o governo do espaço familiar.

A usura era um tema obrigatório dessa literatura, e Clavero explica porque é que tal acontecia. De facto, depois de empreender um estudo aprofundado das principais figuras da teologia moral daquele período, Clavero constata que todos esses autores eram unânimes em afirmar que a amizade constituía o laço social por excelência. O mundo católico considerava que a vida social estava essencialmente voltada para o auto-aperfeiçoamento, e a esse nível a amizade e a ajuda do próximo desempenhavam um papel importantíssimo. Tal ajuda amistosa devia ser um movimento da alma empenhada na prática da virtude, materializando-se na entre-ajuda e nos gestos que se encontravam associados à ligação caritativa, como era o caso da dádiva desinteressada, da gratidão ou da fidelidade. Como se sabe, a pastoral católica teve na amizade cristã um dos seus temas mais centrais, encarando a prática da caridade e a troca desinteressada de bens como o caminho mais seguro para o auto-aperfeiçoamento e para ascender a níveis mais elevados da existência. Paralelamente, a teologia moral nunca escondeu a sua repugnância por atitudes como a avareza, o egoísmo ou o apego ao dinheiro e aos bens materiais, condenando veementemente as relações sociais baseadas no interesse individualista, na competição e no lucro económico (usura, bancos, juros, contratos com expectativa de lucro, etc.).

O preceito fundamental, o sentimento social mais transcendente era, por conseguinte, o amor, materializado na *graça* e na *antidora*; a primeira reportava-se à ajuda graciosa, totalmente desinteressada, que não esperava nada em troca senão amor e afecto; a *antidora*, por seu turno, denotava o gesto de restituição de um empréstimo, no qual o beneficiado por essa ajuda, por sua livre vontade, concedia ao dador um montante superior àquele que lhe havia sido dado. Estamos, assim, perante uma sociedade ordenada em função do amor, em função do imperativo da ajuda do próximo, e na qual a beneficência constituía a principal regra da acção. Um amor que, asseguravam os teólogos, era natural à condição de todos os homens, porque correspondia a um dado que a divindade havia inscrito na natureza humana. O bem-estar individual, o lucro e o dinheiro, pelo contrário, constituíam algo de artificial e de desumano, algo contrário à vontade de Deus e contrário ao fim para que os homens estavam naturalmente destinados. A beneficência, enquanto forma mais elevada da virtude, permitia o auto-aperfeiçoamento; a relação interessada, pelo contrário, conduzia à degradação da condição humana.

Assim, para Clavero, o multissecular estigma que pesou sobre a usura relaciona-se, fundamentalmente, com as concepções morais que vigoraram no mundo católico até aos finais do Antigo Regime, concepções essas que reprimiram, de forma decidida e continuada, as práticas usurárias. A moral é encarada, por conseguinte, como um saber essencialmente normativo, capaz de actuar e de dar forma às relações entre as pessoas. Nas próprias palavras do autor, as concepções morais formavam todo um vasto mundo normativo «submerso, subentendido, mas reconhecido» (p. 161).

Após este contacto com um entendimento da vida social tão diferente do actual, Clavero empreende quatro sondagens sobre a prática da usura nos séculos XVI e XVII. Analisa, sucessivamente, as implicações morais dos contratos e das obrigações que esses acordos estipulavam; a ressonância moral dos depósitos bancários; a capacidade disciplinadora da economia doméstica; e, por fim, a bancarrota e as suas consequências em termos de ordem social. Estas quatro sondagens acabam por confirmar a impressão transmitida na primeira parte do livro: as rela-

ções usurárias, ainda que praticadas em sectores sociais mais ou menos localizados, foram decididamente desencorajadas e reprimidas até ao século XVIII, o que uma vez mais chama a atenção para a extraordinária força ordenadora dos preceitos morais. De facto, os tratados de teologia moral deixam bem claro que a Europa Católica, até ao final do Antigo Regime, se auto-representava como uma comunidade voltada para a colaboração, para a entre-ajuda e para a troca desinteressada, não escondendo a sua repugnância por atitudes que eram consideradas como a antítese dessa finalidade suprema da vida social: a acumulação excessiva de bens materiais, a paixão pelo dinheiro, o tráfico mercantil, os contratos, os empréstimos remunerados, o lucro, etc.

Na terceira e última parte deste livro Clavero apresenta uma imagem mais sistemática dos resultados das sondagens que anteriormente realizou. Assim, reafirma o carácter normativo da moral e o valor que este saber atribuíra a temas como a dimensão graciosa do dom e da caridade, nessa sociedade que se apresentava como uma comunidade de amor, e onde a interacção entre as pessoas era governada por obrigações sociais de correspondência afectuosa. Esta parte do livro acaba por reforçar algo que já tinha sido enunciado anteriormente: vigorava, então, um entendimento da vida social que é muito distinto daquele que impera nos nossos dias. A comunidade assentava no amor social, e tinha na amizade e no amor pelo próximo o seu elemento mais central. Era um corpo social organicamente estruturado e que colocava os valores comunitários à frente dos interesses individuais, e a família à frente do indivíduo; um corpo social que muito prezava a união decorrente da solidariedade afectuosa, que condenava a competição e o desejo individualista de enriquecimento à custa do empobrecimento do próximo, e que via nessas atitudes factores de desunião, de fragmentação social e de isolamento.

Bartolomé Clavero atreveu-se a explorar uma sociedade e uma cultura completamente diferente da nossa, caracterizada por uma outra forma de pensar e por uma outra mentalidade. Atraveu-se a desvendar um «outro continente cultural» – uma expressão de Jean-Frédéric Schaub, tradutor para a língua francesa deste mesmo livro. À luz dos resultados, pode dizer-se que foi uma aposta inteiramente ganha. Oito anos volvidos desde a sua publicação, *Antidora* continua a ser um trabalho notável e inovador, altamente recomendável para os estudiosos da religião, da cultura, da economia, da arte e da política da Europa Católica dos séculos XV a XVIII. Numa palavra: trata-se de uma obra imprescindível.

Pedro Cardim
Universidade Nova de Lisboa

ABREU, José Paulo Leite de - *Em Braga de 1790 a 1805: D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*. Braga: Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Teologia (Braga); Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997. 383 p. «Memorabilia Christiana».

Apresentado em 1996 como dissertação de doutoramento em História da Igreja na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, o texto que agora recenseamos,